

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 17 a 21 de julho, em Brasília.

RECESSO BRANCO & RELAÇÃO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO

Apesar do ritmo reduzido em Brasília, o governo segue negociando cargos com partidos de centro. Sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como determina a Constituição Federal, o Congresso não poderia entrar em recesso, entretanto, não deve haver convocações de sessões durante as próximas duas semanas, configurando o chamado “recesso branco”. Apesar disso, os partidos de centro vêm alinhando com o Planalto maior participação no Executivo.

Nessa linha, **Celso Sabino foi confirmado ministro do Turismo**. A nomeação oficializou a saída de Daniela Carneiro (UNIÃO/RJ) da pasta, que retoma seu mandato de deputada federal. A troca ministerial ocorreu após mais de um mês de negociações e é parte dos acordos firmados para consolidar o apoio do União Brasil, legenda que votou contra o governo em matéria importantes, como na derrubada dos decretos do Marco do Saneamento, e vinha cobrando maior espaço na Esplanada. Para a legenda, Daniela Carneiro não era uma indicação partidária, mas uma escolha pessoal do presidente Lula. Além de acenar para o partido, a nomeação de Sabino também agrada ao presidente da Câmara, de quem o novo ministro é próximo.

No rol de negociações, estão outros ministérios e empresas estatais. Dentre os postos almejados pelos partidos estão os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Esporte – apesar do pedido feito pelas legendas, Lula tem insistido que não abre mão dos dois primeiros – e a presidência de algumas estatais, como da Caixa Econômica Federal, da Embratur, dos Correios e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), recriada pelo Congresso. Os partidos que negociam tais mudanças incluem Republicanos e o PP, que apoiaram a campanha de reeleição de Bolsonaro no ano passado. No caso do PP, o presidente da sigla e ministro da Casa Civil no governo anterior, senador Ciro Nogueira (PI), afirmou que a legenda permanecerá na oposição, ainda que a bancada da Câmara indique algum membro para a Esplanada.

Além da acomodação em cargos, os partidos de centro pressionam por mudanças na destinação do Orçamento. São estudadas alterações na LDO que poderiam vigorar a partir de 2024, no sentido de dar mais poder ao Legislativo em relação à destinação de recursos, podendo ampliar as hipóteses de aplicação de emendas parlamentares e tornar o Orçamento mais impositivo. As discussões sobre a LDO devem se intensificar nas próximas semanas, logo após a aprovação do Novo Marco Fiscal, que deve balizar a construção das próximas peças orçamentárias.

Destaque da Semana

Semana

Segunda

- Início do “recesso branco” no Congresso Nacional. Prazos, como os de Medidas Provisórias, continuam a ser contabilizados.
- Missão oficial do presidente **Lula** na **3ª cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos** (Celac) com a **União Europeia**, em Bruxelas na Bélgica.
- Lançamento da primeira fase do Programa Desenrola Brasil.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** cumpre, nesta semana, agenda internacional em Bruxelas, Bélgica, onde irá participar da 3ª cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e do Fórum Empresarial União Europeia-América Latina. Além disso, o presidente ainda se reúne com o rei **Filipe**, da Bélgica; com o primeiro-ministro da Bélgica, **Alexander De Croo**; com a primeira-ministra de Barbados, **Mia Mottley**; com a presidente do Parlamento Europeu, **Roberta Metsola**; e com a presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**.

Agenda do presidente em exercício – **Geraldo Alckmin** se reuniu, nesta segunda (17), com o presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), **Édson Vismona**; com o presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), **Fernando Pimentel**; e com o vereador de Bauru/SP (MDB) e diretor Econ Tecnologia, **Renato Purini**. Para mais, Alckmin participou da cerimônia de abertura do seminário "Cooperativas pelo Desenvolvimento Sustentável",

O presidente poderá sancionar, dentre outros, o [PL 2209/2022](#) (*Inclusão da validação de diplomas obtidos no exterior no PNE*), cujo prazo constitucional encerra-se nesta semana.

Agenda internacional

- ✓ Nova York (EUA) - "Fórum Político de Alto Nível (HLPF) do ECOSOC/ONU"; e
- ✓ Durban (África do Sul) - "IX Brics Youth Summits".

Casa Civil

Agenda do ministro – **Rui Costa** cumpriu, nesta segunda (17), agenda oficial na Bahia ao lado do ministro **Camilo Santana** (Educação), do evento de formalização do Pacto pela Retomada de Obras da Educação Básica na Bahia. Ademais compareceu à inauguração do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana-BA.

GSI

Gabinete de Segurança Institucional

Agenda internacional

- ✓ Johannesburgo (África do Sul) - "13ª Reunião de Altos Representantes de Segurança do BRICS (NSAs)".

MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** participou, nesta segunda (17), do evento em defesa da inclusão do trecho de Salgueiro até Suape (PE) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC III) e no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal; e da solenidade de entrega da Medalha de Mérito "Des. Nildo Nery dos Santos" aos agraciados de 2021.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda internacional

- ✓ Luanda (Angola) - "XI Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP".

MD

Ministério da Defesa

Agenda internacional

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Istambul (Turquia) - “16ª Feira Internacional da Indústria de Defesa (IDEF-2023)”.
<p>MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p> <p>BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento</p> <p>ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial</p>	<p>Agenda ministerial</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Palestra do professor de Economia da Universidade Nacional de Seul, Dr. Keun Lee a convite do MDIC, com a temática: "Tensão entre EUA e China e mudanças na cadeia global de valor de semicondutores". O evento terá transmissão simultânea pelo canal do MDIC no YouTube; e ✓ Cidade do Panamá (Panamá) - “PPP Américas 2023”. <p>Agenda do presidente – Aloizio Mercadante recebeu, nesta segunda (17), o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), José Velloso Dias Cardoso.</p> <p>Agenda do presidente – Igor Calvet deve participar, nesta terça (18), da cerimônia de assinatura do contrato de prestação de serviço com a Petrobras. Ademais irá reunir-se com o Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima.</p>
<p>MF Ministério da Fazenda</p> <p>BACEN Banco Central do Brasil</p>	<p>Agenda do ministro – Fernando Haddad se reuniu, nesta segunda (17), com os secretários-executivo, de Política Econômica e extraordinário da Reforma Tributária da pasta, Dario Durigan, Guilherme Mello e Bernard Appy, respectivamente. Além disso, esteve com o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia).</p> <p>Agenda ministerial – O secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, concedeu entrevista, nesta segunda (17), à <i>Globo News</i> para falar sobre o Programa Desenrola Brasil. Já a Subsecretaria de Administração Aduaneira da Receita Federal (RFB) deve reunir-se, nesta terça (18), com representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e de <i>marketplaces</i> estrangeiros, para tratar de questões mais práticas do programa Remessa Conforme, instituído pela IN RFB nº 2.146/2023.</p> <p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cidade do Panamá (Panamá) - “PPP America 2023”; e ✓ Cidade do Panamá (Panamá) – “5th Annual Meeting of the Regional Group of Public Banks for the Development of PPPs”. <p>Agenda do diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução – Renato Dias de Brito Gomes cumpre, nesta semana, agenda internacional em Paris, na França. Durante a semana, Gomes reuniu-se com o secretário e Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, para tratar de assuntos institucionais, com a participação dos diretores de Regulação, Otávio Ribeiro Damaso; e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Maurício Moura; e com representantes do Ministério da Fazenda e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).</p> <p>Agenda do banco</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Gandhinagar (Índia) – <i>G20 Finance Ministers & Central Bank Governors Meeting</i> (FMCBG); ✓ Gandhinagar (Índia) – <i>The Third Finance & Central Bank Deputies (FCBD) meetings</i>;

- ✓ Basileia (Suíça) – FSB ReSG-IADI *Basel Meeting* e FSB ReSG *Basel Meeting*;
- ✓ Gandhinagar (Índia) – *High Seminars and Side Events*;
- ✓ Washington (EUA) – *Quantitative Impact Studies (QIS) meeting*, promovido pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS);
- ✓ Live BC com o tema "Política Monetária: por que a comunicação é tão importante?", com transmissão pelo canal do BC no [YouTube](#).

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a projeção continuou em 4,95% para este ano, e em 3,92% para o ano seguinte. No caso da variação do PIB, a projeção para o ano aumentou para 2,24%. A expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic permaneceu em 12% pela segunda semana consecutiva. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2023 manteve-se em R\$/US\$ 5 pela quarta semana consecutiva.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, os economistas do mercado financeiro aumentaram a expectativa de superávit para US\$ 65 bilhões.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do ministro – **Camilo Santana** cumpriu agenda oficial, nesta segunda (17), no Estado da Bahia, onde participou da inauguração do Pavilhão de Aulas 3 do Campus Cruz das Almas, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e do lançamento do Pacto pela Retomada de Obras da Educação Básica no Estado.

Agenda internacional

- ✓ Roma (Itália) – “Avaliação da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares”.

CAPESCoordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Agenda da presidente – **Mercedes Bustamante** recebe, nesta sexta (21), a conselheira de Educação Superior de Ciência da Finlândia, **Johanna Kivimäki**, para discutir temas relativos a educação e a ciência entre os países.

MJSPMinistério da Justiça e
Segurança Pública

Agenda do ministro – **Flávio Dino** concedeu, nesta segunda (17), entrevista ao Programa Conexão Globo News, onde tratou do mutirão dos Procons para renegociação de dívidas, como parte do programa “Desenrola”.

MTEMinistério do Trabalho e
Emprego

Agenda do ministro – **Luiz Marinho** cumpre, de 17 a 22 de julho, agenda internacional para participar da reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20, em Indore (Índia).

Agenda ministerial – Reunião do GT Aplicativos, nos dias 18 e 19 de agosto, para discussão de mudanças no regramento do comércio executado por intermédio de plataformas tecnológicas.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Não estão previstas as **sessões deliberativas** nos plenários da **Câmara dos Deputados** e do **Senado Federal**, em virtude do início do “recesso branco”, que perdurará até o dia 31 de julho. Prazos continuam a ser contabilizados.

Política

Relator do PL do Carf no Senado, Otto Alencar diz que entregará relatório na segunda quinzena de agosto. O senador Otto Alencar (PSD-BA), indicado como relator do projeto de lei que altera as regras do Carf, no Senado, afirmou que irá apresentar o seu relatório na segunda quinzena de agosto. Em entrevista à Globonews na tarde de sábado, ele disse que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o órgão, em 2016, e por isso já tem familiaridade com o tema. Alencar afirmou que irá conversar com o ministro Fernando Haddad e o advogado-geral da União, Jorge Messias, para entender a visão do governo sobre o projeto. - Logo depois da primeira quinzena foi apresentar o meu relatório. O debate vai ser na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não precisa de debate público. Deve ir para o plenário até o final do mês (de agosto) - disse Alencar. Fonte: O Globo

PT e PSB devem perder espaço para o Centrão em reforma ministerial. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma reforma ministerial para agosto que deve reduzir a participação do PT e do PSB na Esplanada a fim de contemplar partidos do Centrão. Mas Lula já sinalizou que não está disposto a ceder a todos os desejos do grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o que tem criado desconforto entre parlamentares que dizem esperar “uma oferta generosa” do governo. Segundo apurou o Valor, a meta no Palácio do Planalto com as mudanças é angariar 50 votos do União Brasil, 30 do PP, 30 do PL e 30 do Republicanos - 140 ao todo. Somado aos deputados da federação PT, PCdoB, PV (81), além de PSD (43), MDB (43), Avante (7), Podemos (12) e SD (4), esse grupo teria mais de 330 deputado. Consegue-se, assim, o quórum constitucional de 308 votos para aprovar medidas de interesse do governo. Lula, porém, está ciente de que PP, União e Republicanos não se declararão oficialmente base do governo nem estarão 100% fechados com o Planalto em todas as matérias. Nas palavras de um auxiliar, “a ideia é criar uma base que agente estresse e que não fabrique estresse”. Fonte: Valor Econômico

Economia

Regulamentação da reforma tributária ficará para 2024. A regulamentação da primeira fase da reforma tributária, que simplifica os impostos sobre o consumo, ficará para 2024, disse na sexta-feira (14) o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Em evento virtual para um banco, ele adiantou que, a princípio, estão previstos quatro projetos de lei complementar. Segundo Appy, o primeiro projeto detalhará as regras do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. O segundo criará e regulamentará o Conselho Federativo. O terceiro tratará do Fundo de Desenvolvimento Regional, e o último trará regras para os créditos acumulados de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que desaparecerá para dar lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Appy disse que o governo quer construir os projetos em parceria com os estados e os municípios e que os governos locais terão alguns espaços de autonomia, como no caso da alíquota do IBS, tributo de responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras. Fonte: Agência Brasil

Atraso na votação da LDO não prejudica contas públicas, explica Marcelo Castro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 só deverá ser votada após a aprovação do novo marco fiscal (PLP 93/2023), que prevê uma receita extra de R\$ 172 bilhões. Modificado pelos senadores, o projeto, que condiciona o aumento dos gastos ao crescimento da arrecadação, voltou à Câmara dos Deputados. Integrante da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o senador Marcelo Castro (MDB-PI) explicou que o atraso na votação da LDO (PLN 4/2023), que deveria ter ocorrido até a segunda quinzena de julho, não prejudica as contas públicas. Segundo ele, a proposta deverá ser aprovada até 31 de agosto, data limite para a equipe econômica enviar ao Congresso o Orçamento Geral da União de 2024. Fonte: ASCOM MCTI

Governo quer resolver gastos com precatórios até 2026', diz secretário do Tesouro. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse ao GLOBO que o governo estuda medidas para evitar que o passivo com precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais contra a União, ou demais esferas de governo, em que não cabe mais recurso) vire uma bola de neve. Se nada for feito, em 2027, a União terá que desembolsar quase R\$ 200 bilhões apenas com essa despesa. Reportagem do GLOBO mostrou no mês passado que as dívidas com precatórios dispararam e já somam R\$ 141,8 bilhões, um ano após a aprovação de uma emenda constitucional no governo de Jair Bolsonaro que limitou o pagamento destas despesas. O argumento na época era que esse tipo de gasto havia crescido muito nos anos anteriores. De acordo com o secretário do Tesouro, o governo trabalha com dois blocos de ações: um para evitar o aumento de perdas da União, outro para colocar em operação medidas já previstas para o acerto de contas com os precatórios. Fonte: O Globo

Eduardo Braga admite mudanças na reforma tributária. Após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, o relator da Reforma Tributária (PEC 45/2019), senador Eduardo Braga (MDB-AM), admitiu que vai alterar a proposta, que deve ser aprovada pelo Senado até outubro. Ele pode excluir do texto a criação de imposto estadual sobre as atividades de agropecuária, mineração e petróleo. Haddad colocou os técnicos à disposição de Braga e disse que quanto antes for aprovada a reforma melhor será para a economia do país. Fonte: Senado Federal.

Reforma Tributária: 'Quanto mais exceções tiverem, menos vai funcionar', diz Haddad. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou na segunda-feira que a quantidade de exceções no texto da Reforma Tributária pode prejudicar a transição do sistema tributário. Haddad citou um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que fez um alerta sobre as excepcionalidades. A equipe econômica do governo vem alertando que a quantidade de isenções e favorecimentos para diferentes setores ou atividades pode elevar a alíquota padrão - que será definida em lei complementar. — O alerta que o estudo do Ipea faz é bom, porque mostra que quanto mais exceções tiverem, menos vai funcionar. Tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas — disse Haddad. Fonte: O Globo

Reforma Tributária autoriza estados e municípios a definirem alíquotas próprias do IBS. A Reforma Tributária autoriza estados e municípios a definirem suas próprias alíquotas no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), novo tributo que será criado no lugar dos atuais ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços). O formato tem sido usado por críticos da Reforma para reforçar a artilharia contra a proposta, sob a justificativa de que isso anula o esforço de simplificação do Sistema Tributário Nacional. O argumento é rejeitado por defensores do texto, que veem possibilidades limitadas de variação das alíquotas de um lugar para outro. Eles também afirmam que o dispositivo assegura a autonomia de estados e municípios, algo tão reivindicado justamente pelos críticos da proposta. Fonte: Folha de S. Paulo

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Poder Judiciário segue em recesso e as atividades estão previstas para retornarem em 31 de julho.

Cenário Internacional

Europa anuncia R\$ 242 bilhões de investimentos na América Latina e Caribe. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou na manhã de segunda (17) que a União Europeia vai investir mais € 45 bilhões (R\$ 242 bilhões) na América Latina e no Caribe, como parte do programa Global Gateway. O anúncio aconteceu na abertura do fórum empresarial da cúpula Celac-UE, que acontece até essa terça em Bruxelas, na Bélgica. O evento reúne líderes dos 33 países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os 25 da União Europeia (UE). "Quero hoje lançar nossa agenda de investimentos para € 45 bilhões para a América Latina e Caribe. Em conjunto, vamos priorizar os setores que receberão esse dinheiro", disse von der Leyen. Fonte: Folha de S. Paulo

Lula autoriza, e Brasil submete ao Mercosul sugestão de contraproposta no acordo com União Europeia. Com aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro remeteu na sexta-feira, dia 14, aos demais sócios do Mercosul – Argentina, Paraguai e Uruguai – o texto elaborado em Brasília como contraproposta no acordo comercial negociado pelo bloco com a União Europeia. O conteúdo havia sido finalizado após intensas discussões e divergências de visões entre ministérios, como mostrou o Estadão, e o Itamaraty aguardava apenas autorização formal da Presidência da República para enviar a minuta aos demais países do Mercosul. A remessa foi confirmada ao Estadão por duas fontes cientes do andamento. Fonte: O Estado de S. Paulo

Último Foco

Lula defende regulamentação de plataformas em discurso na Bélgica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu na 2ª feira (17.jul.2023) a regulamentação das grandes plataformas digitais. "O que é crime na vida real, deve ser crime no mundo digital", afirmou. O petista discursou na abertura da 3ª Reunião de Cúpula da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) – UE (União Europeia), em Bruxelas, na Bélgica. "É urgente regulamentarmos o uso das plataformas para combater ilícitos cibernéticos e a desinformação", disse. O presidente criticou ainda a precarização do trabalho em aplicativos, como os de transporte e de entrega de refeições. "Aplicativos e plataformas não podem simplesmente abolir as leis trabalhistas pelas quais tanto lutamos. A precarização do trabalho precisa ser revertida", afirmou. Fonte: Poder 360

Brasil e Japão debatem parcerias em energia verde, transformação digital e semicondutores. A neointustrialização foi um dos assuntos do encontro realizado na sexta (14/7), em Brasília, entre técnicos e autoridades do Brasil e do Japão. Representando o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, a secretária de Comércio Exterior (Secex), Tatiana Prazeres, apresentou ao vice-ministro do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI, na sigla em inglês), Ryuji Satori, os temas de interesse para cooperação bilateral. Durante a reunião, os japoneses conheceram as oportunidades nos segmentos de combustível verde para aviação civil, hidrogênio verde, transformação digital, chips e semicondutores. Outras áreas de interesse são descarbonização, melhoria do ambiente de negócios, fortalecimento do comércio bilateral, temas relacionados à Organização Mundial do Comércio (OMC) e propriedade intelectual

(patentes). Ainda este ano, será realizada no Brasil a 15ª reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão sobre Promoção do Comércio, Investimentos e Cooperação Industrial (MDIC-METI). A agenda e a data ainda estão sendo definidas. Fonte: ASCOM MDIC

Governo veta Fust para subsídio de telecom no Minha Casa, Minha Vida. O governo federal vetou artigo da nova lei do programa Minha Casa, Minha Vida que previa o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para subsidiar os custos de assinatura básica de telefonia, Internet em banda larga e televisão por assinatura de beneficiários do programa habitacional do governo. Segundo o governo, a decisão foi tomada após ouvir o Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério da Fazenda, que afirmaram que a proposta, apesar de ser meritória, não possuía estimativa de impacto fiscal e poderia criar uma competição por recursos do Fundo, em relação às prioridades já definidas pelo arranjo de governança do referido do fundo setorial. Fonte: Teletime

Para Abranet, agência reguladora de cibersegurança deve ficar no Ministério da Justiça. Em nota divulgada na sexta-feira, 14, a Associação Brasileira de Internet (Abranet), que representa organizações prestadoras de serviços na cadeia de valor da Internet, defendeu que a futura autarquia de cibersegurança, hoje amadurecida pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), deva ficar vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. No documento, a Abranet destacou a importância de alinhar a Política Nacional de Segurança Cibernética com os órgãos e normas já existentes, especialmente as relacionadas à proteção de dados. Além disso, a entidade ressaltou a necessidade de uma definição precisa do conceito da política para facilitar sua implementação. Para tal, a proposta deve passar por amplo debate, com a participação dos vários atores da cadeia de Internet – a exemplo do Comitê Gestor da Internet (CGI.BR) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.BR) – e com a comparação a experiências internacionais e análises acerca dos pontos citados nesta manifestação, antes de avanços no Congresso Nacional, entende a associação. Fonte: Teletime

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) passa a ter mais representantes do governo e da sociedade civil. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), principal fórum de debate com a comunidade científica, a sociedade e o setor produtivo sobre políticas públicas de ciência tecnologia e inovação, foi reinstalado na quinta-feira (12), em cerimônia no Palácio do Planalto, após cinco anos sem funcionamento. “A reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia atende a um anseio da comunidade científica e demais atores do Sistema Nacional: órgãos de ciência e tecnologia dos Estados e dos municípios, empresas, instituições científicas, universidades e entidades da sociedade civil. E é motivo de orgulho retomar o seu funcionamento de forma plural, representativa e democrática”, afirmou a ministra da Ciência Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, durante a solenidade. O conselho foi reformulado por meio do Decreto nº 11.474, de 6 de abril de 2023, para ampliar a participação de representantes do governo e da sociedade civil. Além de recuperar o ambiente plural, a reformulação restabeleceu a função de instância estratégica de formulação das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Ao longo da cerimônia de reinstalação do CCT, o secretário-executivo do MCTI, Luis Fernandes, reafirmou a importância da iniciativa. “A reinstalação do CCT, com presença e participação do Lula, marca a virada de uma página tenebrosa da nossa história em que a negação da ciência e a intolerância com a liberdade de pesquisa e o colapso do investimento em ciência e tecnologia foram transformadas em política oficial”, disse. Fonte: ASCOM MCTI

Gestão inicia construção participativa da Estratégia Nacional de Governo Digital. Vem aí a maior construção conjunta de objetivos, recomendações e melhores práticas que irão guiar a transformação digital de serviços públicos nos próximos quatro anos! O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) começa este mês a elaborar de forma colaborativa com estados, municípios e representantes da sociedade o documento que definirá a Estratégia Nacional de Governo Digital. O pontapé inicial será com o lançamento da base da Estratégia, em evento que será realizado em Brasília,

no dia 02 de agosto. O estabelecimento da Estratégia Nacional como instrumento que articula e consolida as ações mais recomendadas de governo digital, a serem seguidas por todos os entes federados em todas as esferas de governo do país, foi definida pela [Lei nº 14.129, de 2021](#). Já o processo de elaboração e o período de vigência do documento foram definidos pelo [Decreto nº 11.260, de 2022](#). Nos meses de agosto e setembro representantes do MGI promoverão oficinas nas cinco regiões do país para ouvir gestores estaduais e municipais, especialistas, acadêmicos, representantes do governo e da sociedade sobre iniciativas, modelos e projetos que ampliem a oferta de serviços digitais nos quatro cantos do Brasil. A elaboração conjunta também possibilitará que o documento reflita as melhores práticas para a construção de uma política digital inclusiva, que atenda a todos e todas. Fonte: ASCOM MGISP

Empréstimo via Pronampe despensa em junho após suspensão do governo. As operações de crédito via Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) caíram 81,7% em junho, na comparação com maio. No mês passado, os agentes financeiros realizaram 8.651 operações de crédito nas condições do programa. O resultado é o mais baixo de 2023 e já é inferior ao total de empréstimos via Pronampe realizados nos 11 primeiros dias de julho. A quantidade de empréstimos também influenciou no volume de operações, que também ficou abaixo da média. Em junho, os agentes financeiros emprestaram R\$ 578 milhões nas condições do programa. O valor corresponde a um pouco mais da metade do total de operações de julho. Até o dia 11 deste mês, os bancos concederam R\$ 1 bilhão via Pronampe. Fonte: Poder 360

Inteligência Artificial preocupa 51% dos brasileiros, mostra estudo. Aplicações de inteligência artificial (IA) em produtos e serviços geram apreensão em 51% dos brasileiros, mostra o estudo “Visões globais sobre IA” feito pela empresa de pesquisas de mercado Ipsos em 31 países. Os países com o maior índice de apreensão quanto ao uso de IA são Austrália (69%), Grã-Bretanha (65%) e Canadá (63%). Os menos apreensivos são Japão (23%), Polônia (38%) e Coreia do Sul (44%). Na média global, o nível de preocupação com o uso de IA é de 51% dos respondentes. A pesquisa on-line entrevistou 22.816 pessoas entre 26 de maio e 9 de junho, sendo cerca de mil participantes no Brasil. Apesar do receio de mais da metade dos brasileiros com aplicações de IA, 64% disseram acreditar que o uso da tecnologia em produtos e serviços traz mais benefícios do que desvantagens. Fonte: Valor Econômico

Brasil completa 1 ano de 5G com cobertura disponível para 93 milhões. Depois de 1 ano do início da implantação do 5G, a nova tecnologia já chegou a 93 milhões de brasileiros. Dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) mostram que a cobertura se ampliou rapidamente, antecipando aos prazos estabelecidos, e está disponível a 46% da população. O sinal de 5G já foi disponibilizado para todas as capitais e também para cidades com população superior a 500 mil habitantes. Ao todo, 753 municípios dos 5.568 do país já contam com rede 5G disponível. Já para cerca 54% da população o serviço ainda não chegou. O percentual representa 109,5 milhões. As operadoras têm antecipado o cumprimento das metas de cobertura. O edital determinava a instalação primeiro nas capitais, até 2022. O prazo para cobrir municípios com mais de 500 mil habitantes era até 2025. Para a Conexis, o modelo não-arrecadatório do leilão permitiu que as empresas vencedoras conseguissem investir de forma mais célere. Fonte: Poder 360